

9 JUN 1990

Saques antes do Plano vão para o Senado nesta 2ª

Belo Horizonte — O Banco Central vai entregar ao Senado, até segunda-feira às 18h00, todas as informações a respeito dos saques em contas bancárias realizados nos 15 dias anteriores ao Plano Brasil Novo. A garantia foi dada ontem pelo presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, durante encontro com empresários mineiros. Segundo ele, o pedido já foi feito a 20 mil agências em todo o País e os grandes bancos estão atendendo ao pedido com maior rapidez, enquanto as instituições menores ainda encontram algumas dificuldades.

Eris fez questão de minimizar o conflito com o Senado, que exigia as informações. Segundo ele, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, entende que a simples tramitação do pedido no Senado era suficiente para a liberação dos dados. O BC, segundo seu presidente, levava em conta a Lei 4.595, que prevê o sigilo bancário e também solicitava que o plenário do Senado ratificasse o pedido da Mesa da Casa.

Eris afirmou que, por estar há dois dias longe de Brasília, não podia precisar se o BC já tinha todas as informações sobre os saques. Informou, entretanto, que, mesmo incompletas, as informações serão prestadas, dando o número das contas bancárias e o nome dos clientes.

Eris, ainda com relação à questão do sigilo bancário, assinalou que "o BC vai cumprir a lei". A instituição, conforme observou, não dispõe do montante dos saques acima de NCz\$ 1 milhão realizados no período de 1 a 15 de março. Ele antecipou que para a listagem com saques entre NCz\$ 500 mil e NCz\$ 1 milhão realizados entre 15 de fevereiro e 15 de março o prazo de entrega não será tão curto. "As informações vão chegar aos poucos", completou o presidente do BC, fundamentado em que o número de saques é maior.

Sobre o pedido feito pelos 15 bancos brasileiros instalados em Nova Iorque, no sentido de que o Banco Central reinicie o pagamento dos US\$ 3 milhões que lhes deve, sob pena de perderem as linhas de crédito de curto prazo, que sustentam boa parte de suas operações, Ibrahim Eris foi desaminador: "Já estamos conversando com os bancos, mas será muito difícil atender a este pleito de forma diferenciada em relação os demais credores externos do Brasil. De qualquer forma, continuaremos negociando talvez uma fórmula alternativa que os satisfaça".

O presidente do Banco Central voltou a advertir, que "caso haja o retorno da indexação dos salários e concessão de reajustes como os 166% reivindicados, a política monetária já delineada pelo governo conduzirá a um quadro de grave recessão, uma vez que a inflexibilidade de preços e salários resultará em um impacto maior sobre emprego e produção.

Explicou que a expansão monetária de apenas 9% no segundo semestre deste ano, a que se comprometeu o governo, só é consistente com uma economia de crescimento moderado. "Mas se o retorno da reivindicação generalizada não permitir a queda da inflação, a contenção monetária resultará em desemprego em massa e queda abrupta da produção. Se seguirmos neste caminho, o cenário mais provável é o da Hiperinflação".

Acrescentou que, para a preservação do emprego e produção nos níveis atuais, "teríamos que expandir a moeda muito mais rápido que o previsto e o resultado disso será sancionar o aumento de preços e salários nominais, ou seja, aceitar a hiperinflação. A única outra alternativa será, então, a sociedade aceitar no curto prazo uma recessão E, depois, a estabilização da inflação. Não existem outros caminhos além deste dois".